

Apelo URGENTE da Palestina aos Estados Partes da Convenção sobre Genocídio:

Apoie o processo da África do Sul na CIJ contra Israel pelo genocídio em Gaza

2 de janeiro de 2024 - O Comitê de Coordenação Anti-Apartheid Palestino (PAACC), que inclui o Departamento Anti-Apartheid da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), o Movimento BDS, o Conselho da Organização Palestina de Direitos Humanos (PHROC) e a Rede de ONGs Palestinas (PNGO), cumprimenta a [África do Sul por seu pedido à Corte Internacional de Justiça \(CIJ\)](#) contra Israel por violar a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio em Gaza. Afirmando que "Israel se envolveu, está se envolvendo e corre o risco de se envolver ainda mais em atos genocidas contra o povo palestino em Gaza", a África do Sul solicitou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) que indicasse medidas provisórias para proteger os direitos palestinos de "danos adicionais, graves e irreparáveis". Dezenas de [especialistas da ONU descreveram](#) a situação humanitária em Gaza como "apocalíptica", alertando sobre um "[genocídio em formação](#)", assim como [centenas de acadêmicos de direito internacional](#), incluindo [especialistas em genocídio](#), e um [alto funcionário de direitos humanos da ONU](#).

Pedimos a todos os [Estados Partes da Convenção sobre Genocídio](#) que apoiem urgente e integralmente os procedimentos e, em particular, o pedido de medidas provisórias feito pela África do Sul. Ao fazer isso, pedimos a suspensão imediata das operações militares e a implementação de todas as medidas para evitar o genocídio, incluindo a revogação das ordens militares que forçam a transferência de pessoas palestinas em Gaza e as práticas que negam o acesso a alimentos, água, combustível e suprimentos humanitários adequados. Nossas coalizões e redes, que representam a liderança política palestina e todas as vertentes da sociedade civil palestina, apoiam totalmente os procedimentos que são vitais para garantir que os Estados cumpram suas obrigações internacionais para acabar com o risco de genocídio e atos genocidas, e pedem a adoção e a implementação de todas as medidas provisórias solicitadas para pôr fim à destruição genocida do povo palestino.

Advertimos ainda que os Terceiros Estados que conscientemente fornecem armas e materiais a Israel para uso em crimes contra a humanidade, inclusive genocídio, também podem ser responsabilizados por contribuir para atos internacionalmente ilícitos e violações de normas *ius cogens* do direito internacional. Além disso, enfatizamos que o genocídio atual só pode ser totalmente encerrado com a garantia de que as causas fundamentais que sustentam a destruição do povo palestino sejam abordadas, incluindo o fim do cerco de 16 anos que aprisiona 2,3 milhões de vidas palestinas em Gaza, o fim da [ocupação ilegal](#) e a retirada total da administração e das forças militares de ocupação, o desmantelamento do [regime de apartheid](#), em ambos os lados da Linha Verde, e a realização do direito de autodeterminação do povo palestino e o direito de retorno dos refugiados palestinos.

A PAACC saúda o apoio da [Organização de Cooperação Islâmica \(OIC\) ao processo da África do Sul na CIJ](#) e conclama a Liga dos Estados Árabes, a União Africana, o BRICS, o Movimento dos Não-Alinhados e outros blocos regionais e sub-regionais a apoiarem publicamente e com urgência o processo. A OIC afirmou que "o ataque indiscriminado de Israel, a potência ocupante, à população civil e aos milhares de palestinos, em sua maioria mulheres e crianças, mortos, feridos, deslocados à força e privados de necessidades básicas e assistência humanitária, e a destruição de casas, instituições de saúde, educacionais e religiosas, em sua totalidade, constituem genocídio em massa". Em novembro de 2023, a [cúpula conjunta da OIC e da Liga Árabe](#) reiterou "a centralidade da causa palestina" e se opôs categoricamente aos planos israelenses de limpar etnicamente os palestinos de Gaza. A cúpula conclamou todos os países a "[parar de exportar armas e munições para \[Israel\]](#) que são usadas por seu exército e

colonos terroristas para matar o povo palestino e destruir suas casas, hospitais, escolas, mesquitas, igrejas e todos os seus capacidades", para cumprir suas [obrigações legais de acordo com o direito internacional](#).

[Israel está profundamente preocupado com a possibilidade de ser acusado de genocídio pela CIJ](#), de acordo com relatórios israelenses. Oficiais militares e de inteligência israelenses admitiram que "[tudo é intencional](#)" na "fábrica" do apartheid israelense de assassinatos em massa de civis e de destruição e arrasamento em larga escala em Gaza. [A Oxfam e as organizações palestinas de direitos humanos condenaram](#) o uso de Israel da "fome como arma de guerra" e, de acordo com relatórios de especialistas, a [extensão dessa fome induzida em Gaza](#) "eclipsou até mesmo a quase fome no Afeganistão e no Iêmen nos últimos anos".

Cerca de dois milhões de pessoas palestinas foram [deslocadas à força](#). Relembrando o "[longo histórico de Israel de deslocamento forçado em massa de palestinos](#)", o especialista da ONU em pessoas deslocadas internamente [disse](#) que a guerra de Israel "tem como objetivo deportar a maioria da população civil [palestina] *em massa*". [O Comissário Geral da UNRWA](#) também alertou sobre o "deslocamento forçado", que os direitos humanos e os líderes políticos reconhecem como um meio de destruir o povo de Gaza como um grupo e um [objetivo fundamental do genocídio em andamento](#). Expondo as tentativas desesperadas de propaganda de Israel para promover seus planos de limpeza étnica sob um pretexto "humanitário", a Relatora Especial da ONU sobre a situação dos Direitos Humanos nos territórios palestinos ocupados [alertou](#) que os arquitetos por trás do crime de deslocamento forçado de Israel podem ser investigados e processados de acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

O Secretário-Geral da ONU descreveu Gaza como uma "crise de humanidade" e um "[cemitério de crianças](#)", [invocando o Artigo 99](#) da Carta da ONU para destacar a grave ameaça à paz e à segurança mundiais representada pela guerra de Israel contra o povo palestino em Gaza. [O PAACC](#) lembra aos Terceiros Estados que o cumprimento de sua obrigação de impedir o genocídio de Israel também ajudaria a salvar a [legitimidade](#) já [enfraquecida](#) do direito internacional.

Embora os Estados Unidos e várias potências europeias estejam armando, financiando e possibilitando o genocídio em curso de Israel, muitos outros Estados não conseguiram cumprir suas obrigações legais e morais de evitar o genocídio ou impedi-lo. O domínio global de vários Estados hegemônicos ocidentais sobre as organizações internacionais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU, o Tribunal Penal Internacional, o Comitê Olímpico Internacional, a FIFA etc., levou efetivamente a um fracasso retumbante na imposição de sanções legais a Israel, [expondo ainda mais a hipocrisia desses Estados ocidentais e consolidando](#) a divisão global Sul/Norte.

As organizações palestinas de direitos humanos, portanto, [receberam](#) com firmeza a apresentação da África do Sul à CIJ como "um chamado claro para que a comunidade internacional priorize a responsabilidade, rejeite a impunidade e defenda os princípios dos direitos humanos".

O PAACC lembra a todos os Estados Partes da Convenção sobre Genocídio de sua obrigação legal não apenas de "tomar medidas para prevenir", mas também de "[punir o crime de genocídio](#), inclusive por meio da promulgação de legislação relevante e da punição dos perpetradores". Isso inclui a *jurisdição universal*. Isso é mais urgente do que nunca, pois o mundo assiste a um genocídio transmitido ao vivo, impulsionado por décadas de impunidade e pela ideologia "o poder faz a razão". Os Estados devem cumprir com suas obrigações de direito internacional para pôr fim aos atos flagrantes de genocídio de Israel, inclusive por meio da aplicação de sanções legais e proporcionais ao apartheid israelense, começando com um [embargo de armas bidirecional](#). Apelamos urgentemente aos Estados para que apoiem totalmente os procedimentos anti-genocídio solicitados pela África do Sul para impedir o apagamento sistemático do povo palestino por parte de Israel.